

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Bloco de Esquerda denunciou que um navio com pavilhão português foi impedido pelo governo da Namíbia de utilizar os portos deste país por suspeitas de transporte de armas, explosivos ou outros equipamentos para alimentar o massacre que Israel está a levar a cabo na Palestina, particularmente na faixa de Gaza.

Conforme foi dito pelas autoridades namibianas, o cargueiro Kathrin, que navegava com pavilhão português e se encontra registado no Registo Internacional de Navios da Madeira, transportava contentores de explosivos Hexogen/RDX e vários outros contentores de TNT, material a ser descarregado em Koper, na Eslovénia, mas que tinha Israel como destino final.

Perante o facto, o Bloco de Esquerda questionou e instou o Governo a retirar o pavilhão português a este navio e a não ser complacente com o transporte de material de guerra que alimenta a máquina do genocídio israelita.

Perante a situação e a exigência de medidas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português veio dizer que, afinal, o navio não era português, apesar de ter e usar pavilhão português. Também não transportava armas, mas sim explosivos. E, por último, tinha como destino um porto na Eslovénia. Portanto, confirmou tudo aquilo que tinha já sido dito. O problema é que confirmando toda a situação, parece ter concluído que não há problema nenhum.

Portugal está obrigado a não exportar material de guerra para Israel e, mais do que isso, tem a obrigação de não ser conivente com o massacre em curso. Ter navios que navegam com a bandeira portuguesa a transportar toneladas de explosivos que têm como destino final Israel é, obviamente, negar tudo aquilo a que devemos estar obrigados enquanto país.

Não basta dizer que o navio tem pavilhão português, mas que não é português; que o navio transporta explosivos, mas não armas; que se dirige à Eslovénia ainda que a carga tenha como destino final a Eslovénia. O que é preciso fazer, depois de reconhecer que tudo o que se denunciava é verdade, é retirar de imediato o pavilhão português a este navio e exigir o fim da

venda de armas a um Estado acusado de vários crimes de guerra e claramente empenhado em levar a cabo um genocídio. O que o Ministro devia ter dito é que tal navio teria de tirar, de imediato, a bandeira portuguesa e exigido investigação sobre a forma como tal pavilhão é atribuído.

*Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:*

1. Tendo reconhecido como verdadeiras todas as denúncias feitas sobre o cargueiro Kathrin, porque não exigiu o Governo a retirada imediata da bandeira portuguesa deste navio?
2. Considera o Governo que a utilização de pavilhão português para o transporte de explosivos para abastecer Israel é aceitável?
3. Considera que o transporte de explosivos para o fabrico de bombas e mísseis é mais aceitável do que o transporte de armas?
4. O Governo não acompanhou as acusações das autoridades namibianas que desde o primeiro momento disseram que o navio tinha como destino a Eslovénia, mas a sua carga tinha como destino Israel?

Palácio de São Bento, 30 de agosto de 2024

Deputado(a)s

MARISA MATIAS(BE)

FABIAN FIGUEIREDO(BE)